



OS ATOS DE LER E DE ESCREVER: concepções e práticas presentes nas aulas do Ensino Fundamental I

Adriana Jesuino Francisco¹

Eixo temático: 8 – Alfabetização e modos de aprender e de ensinar

Resumo: Este trabalho é um recorte de dissertação de mestrado cujo objetivo principal foi a realização de um cotejamento entre o ensino da língua escrita e o que está sendo praticado nas escolas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com as principais teorias que têm tratado desta temática nos últimos anos. O problema de pesquisa parte dos questionamentos: as orientações dadas pelos professores e pelos materiais didáticos estão mais relacionadas aos atos de fonetização e codificação ou a atos culturais de leitura. Para estas análises nos pautamos em teorias sobre o ensino de leitura defendida por correntes que se opõem, de um lado, uma que entende que o ensino deve estar baseado na vivência de atos sociais de leitura, outra que tem como premissa que a língua escrita é um código e, por isso, pressupõe que a leitura deva ser ensinada a partir de um processo de decodificação. A escola desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem de atos sociais de leitura, e tem como função destacada o desenvolvimento das capacidades leitoras de seus alunos. Bajard (2021), Arena (2008, 2010, 2019), Foucambert (2008), Volóchinov (2017) são alguns dos estudiosos da linguagem e da leitura que embasaram as discussões e que, neste texto, dialogam de maneira crítica e reflexiva, com as concepções defendidas por Capovilla (2007) e Morais (1996). A partir das análises concluímos que as concepções presentes nas salas de aula mostraram-se frágeis por terem como base a consciência fonológica e o ensino organizado a partir da linguística.

Palavras-chaves: Alfabetização; Ensino dos atos de ler e de escrever; Consignas; Materiais didáticos.

¹Doutoranda em Educação pela FCT/Unesp. Professora da Educação Básica da rede municipal de ensino da cidade de Assis/SP. Contato: adriana.francisco@unesp.br

Introdução

Para fundamentar a relevância deste trabalho é importante salientar que há diversos estudos publicados por pesquisadores e professores que relatam os desafios a serem enfrentados na formação de leitores - crianças e jovens -, dentro e fora do ambiente escolar (GIROTTI e SOUZA, 2010; HERNANDES *et al*, 2015). Além disso, a formação leitora é valorizada no âmbito da sociedade contemporânea, uma vez que sua utilização remete a maior possibilidade de participação em diferentes esferas sociais que são pautadas em uma cultura grafocêntrica. Portanto, ser leitor vai muito além de saber a pronúncia das letras, da decodificação de sílabas e da proferição de textos em voz alta para o controle da entonação ou da fluência. Por sua valorização social, o desenvolvimento da leitura nos indivíduos envolve autonomia, participação consciente, enfim, está atrelado a um posicionamento consciente e crítico diante das demandas do mundo contemporâneo.

Neste trabalho, assumimos como pressuposto que os atos de ler se concretizam em uma troca entre leitor, texto, autor, sempre mediados pelos aspectos extra verbais que compõem essa situação social de troca (VOLÓCHINOV, 2017).

Outro ponto a considerar é o entendimento de que a escola é, por excelência, a instituição responsável pela veiculação e produção dos conhecimentos históricos e socialmente sistematizados pela humanidade. Nessa perspectiva, ela desempenha um papel fundamental no processo aprendizagem de atos sociais de leitura e escrita, e tem como função destacada o desenvolvimento das capacidades leitoras de seus alunos, no contexto escolar.

Este trabalho investigativo busca trazer considerações sobre o ensino da leitura e da escrita, pensando nas contribuições que essas práticas podem, ou não, trazer para formar leitores, começando pela alfabetização. Para tanto, buscamos respostas para questões que envolvem o processo de aquisição da leitura e da escrita nos anos iniciais, 1º e 2º anos, do Ensino Fundamental I, de uma escola pública do interior Paulista, observando como tem sido trabalhada a linguagem escrita nessa etapa de escolarização, quais as orientações constantes nos materiais didáticos e que são utilizadas pelos professores para as atividades de leitura e de escrita. Para nossos estudos, focamos na afirmativa de Arena (2010, p.242) de que “[...] ensinar o sistema linguístico não é ensinar a ler; ensinar a ler é ensinar as próprias práticas sociais e culturais que exigem o domínio desse sistema”, sendo assim, objetivamos compreender o que a escola tem ensinado: ‘língua ou linguagem?’ e como essas práticas podem ou não contribuir para formar leitores, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 Fundamentação teórica

Ao traçarmos o percurso histórico dos métodos de alfabetização no Brasil, pautado nos estudos de Mortatti (2006), notamos vários debates sobre um mesmo problema - a dificuldade encontrada pelas crianças para aprender a ler e a escrever -, principalmente em escolas públicas.

O percurso histórico dos métodos de alfabetização deixa claro que a preocupação com o ensino da leitura e da escrita, no Brasil, sempre esteve relacionado ao uso de métodos que privilegiam os aspectos fônicos com vistas ao desenvolvimento de uma pretensa necessidade da consciência fonética como pré-requisito para aprender a ler. Nessa perspectiva, o conteúdo a ser ensinado esteve, de forma geral, centrado nos fatores linguísticos e não no reconhecimento da linguagem e seus usos sociais. Arena (2011, p. 35), ao tratar da temática da metodização na alfabetização, destaca que os métodos podem até “ensinar os mecanismos de base alfabética, mas deixam de ensinar o ato de escrever e de ler como atos de autoria, de sujeitos protagonistas de sua formação.” Precisamos analisar como estamos ensinando e como queremos que nossas crianças se apropriem da língua escrita: se é numa condição passiva diante de um objeto abstrato e reducionista que precisa ser assimilado ou na perspectiva de serem co-autores de uma língua viva e cheia de sentidos.

Ao buscarmos analisar os documentos oficiais que têm sido publicados como referenciais para o ensino da leitura e da escrita no início da escolarização, pudemos identificar a centralidade de duas vertentes, que aparentemente seriam divergentes, mas que abrigam uma concepção bastante próxima sobre o que é e como deve ser realizado o ensino da língua materna no Brasil. Dos seguintes documentos analisados: a) Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN - (BRASIL, 1997), b) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - (BRASIL, 2012), c) Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016) foi possível perceber a influência dos postulados da chamada ‘consciência fonética’ como pré-requisito para a alfabetização, como vemos no **Quadro 1**, a seguir:

Quadro 1 – Concepções sobre o ensino da língua escrita e a consciência fonética em documentos oficiais

PCN	PNAIC	BNCC
“A escrita alfabética é um sistema de escrita regido pelo princípio da fonografia , em que o signo gráfico representa normalmente um ou mais fonemas do idioma ”. (BRASIL, 1997, p. 27).	O texto destaca alguns equívocos e falsas inferências surgidos na alfabetização, que, de acordo com especialistas, obscureceram a sua faceta “fonética e fonológica” . (BRASIL, 2012, p. 19).	“[...] não convém que um currículo dissocie esta e outras habilidades que tratam das relações entre letras e fonemas da prática de ler e escrever textos ”. (BRASIL, 2016, Anexo).

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

Já o documento mais recente, que é o da análise da Política Nacional de Alfabetização - PNA – que foi implementada pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019, p. 5), declara que seu objetivo é “oferecer às redes e aos alunos brasileiros, por meio de programas e ações, a valiosa contribuição das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura, uma política de alfabetização eficaz.” O texto da PNA evidencia a criança em sua perspectiva biológica, não considerando ao longo do texto a sua essência social. O documento dá centralidade ao objeto de ensino, assumindo a perspectiva do método fônico como sendo o mais ‘eficaz’ para o ensino da leitura e da escrita. Com base na ciência cognitiva da leitura, o PNA define **alfabetização** como o **“ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético”** (BRASIL, 2019, p. 18). Sendo que, o **Sistema alfabético** “é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. [...] quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que representa sons por meio de letras [...]” (BRASIL, 2019, p.18). Na mesma página do documento encontramos as seguintes definições:

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam **os sons da fala** (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o princípio alfabético.

[...]

Ao aprender as primeiras regras de **correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema**, a **pessoa começa a decodificar**, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas **a sua forma fonológica (ou pronúncia)**, e a **codificar**, isto é, a **combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala**. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. (BRASIL, 2019, p 18 - **Grifos nossos**).

O posicionamento didático-pedagógico assumido pelo PNA está pautado no posicionamento teórico de Capovilla (2007) e Morais (1996), mas não é consensual e representa uma polêmica bastante atual, que tem profundos efeitos nos currículos de alfabetização. Daí a relevância de investigarmos quais dessas concepções se fazem presentes no momento em que os professores orientam as atividades de leitura para seus alunos: a que entende que esse ensino deve estar baseado na vivência de atos sociais de leitura e a outra que tem como premissa que a língua escrita é um código e, por isso pressupõe que a leitura deva ser ensinada a partir de um processo de codificação e decodificação, utilizando a relação grafema/fonema.

3 Metodologia

Para responder aos objetivos propostos e elucidar o problema desta pesquisa sobre como estão sendo feitas as orientações para as atividades de leitura no processo de alfabetização de crianças, ou seja, se elas estão mais relacionadas aos atos de preferência e codificação de textos escritos ou a atos culturais de leitura, utilizamos uma metodologia baseada no modelo de matriz microgenética (GÓES, 2000) e paradigma indiciário (GINZBURG, 1992). Essa opção metodológica é motivada pela pretensão de realizar a coleta de dados dando atenção aos detalhes, aos recortes de episódios interativos, às relações subjetivas e as condições sociais da situação analisada. Nesta perspectiva foi priorizada a coleta dos dados que podem não estar explícitos, mas se mostram no detalhe, nos dados marginais, nas pistas, indícios, sinais ou vestígios. A busca pelo registro e análise dos detalhes demanda uma investigação com poucos sujeitos de pesquisa, assim, optamos por desenvolver a investigação em uma única escola da rede pública de um município do interior paulista que, através da análise dos dados coletados pretendeu-se: observar o material utilizado; a forma como os professores justificam a utilização desse material; as orientações e consignas dadas por eles para direcionar as atividades; como os professores e gestores entendem o trabalho com a leitura e a escrita de alunos, ou seja, quais as orientações e metodologias estão sendo assumidas por elas em seus direcionamentos para as práticas do ensino dos atos de ler e de escrever.

Destacamos que as atividades de coletas de dados começaram após a aprovação pelo Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp – *Campus* de Presidente Prudente e Plataforma Brasil.

Assim sendo, nosso trabalho dividiu-se em quatro etapas. Na primeira, foram realizados estudos de pesquisa bibliográfica e documental com a intenção de aprofundar conhecimentos acadêmicos produzidos na área do ensino da leitura e da escrita. Nesse percurso, nos apropriamos nos princípios teóricos defendidos por Bajard (1992, 2012, 2014a, 2014b), Arena (2008, 2009, 2010, 2019), Foucambert (1997, 2008), Volóchinov (2017), entre outros. Na segunda etapa de investigação, realizamos rodas de conversas, de modo virtual, pelo aplicativo *Google meet*, com professores dos 1º e 2º anos, e a gestão escolar. O objetivo foi pensarmos juntos na melhor maneira de trabalharmos o ensino da leitura e da escrita, fundamentados em práticas sociais e culturais, e ainda, mapear a estrutura da escola, sua organização pedagógica, espaços dedicados à formação leitora, o que é ler e como se ensina a leitura para crianças em processo de alfabetização. Na terceira etapa se deu através dos materiais didáticos utilizados pelos professores em suas propostas de atividades com o ensino da leitura e da escrita. Nesta etapa nos apoiamos em quatro objetivos de análises: 1) livro didático de Língua Portuguesa, *Ápis*, da editora Ática e livro *Aprender Sempre*; 2) vídeos explicativos postado nos grupos de *WhatsApp* das salas, com orientações para realização das atividades (grupos criados durante a pandemia com o objetivo de facilitar a comunicação); 3) atividades realizadas pelos alunos nos livros didáticos e postados na plataforma Demandanet – *software* de gestão educacional; 4) aulas síncronas ministradas pelos professores no período de junho a agosto de 2021, através dos aplicativos *Zoom*, *Google meet*, sala do *Messenger*. Por fim, na quarta etapa, procedemos à análise dos materiais coletados, dando a devida atenção aos detalhes, aos recortes de episódios interativos, às relações subjetivas e as condições sociais da situação analisada. O fato de estarmos atentas ao detalhe tem o sentido de valorizar as especificidades de cada objeto e cada sujeito analisado.

Essas análises foram cotejadas com os referenciais teóricos que defendemos, para identificar quais processos/concepções de leitura e escrita estão mais presentes nas práticas docentes. Ao analisarmos os materiais didáticos, os procedimentos e os depoimentos dos professores coletados nas rodas de conversa, nos baseamos também em alguns eixos de análise como: concepções de ensino e de aprendizagem assumidas (ou implícitas) nas práticas das professoras; a existência ou não de ênfase na relação grafofônica nas propostas de atividades; a valorização ou não do aspecto semântico; a concepção de língua e linguagem presentes nos discursos e nas práticas.

4 Resultados e Discussão

É preciso considerar que na perspectiva em que assumimos neste trabalho, a conclusão traz consigo toda inconclusibilidade possível, porque a verdade contida em um enunciado está relacionada ao encontro com o *outro*, neste caso, com o leitor. Ao concluirmos, sabemos que outros trarão consigo maiores possibilidades, diferentes enunciados que permitirão múltiplas conclusões. A conclusão para a Filosofia da Linguagem é provisória, ela vai se ressignificar em sua própria existência e dialogicidade.

A pesquisa que permitiu a escrita deste texto teve como objetivo realizar um cotejamento entre as orientações e os materiais utilizados pelos professores quando propõem atividades de leitura e escrita nos anos iniciais, 1º e 2º anos, do Ensino Fundamental, com as principais teorias que têm tratado desta temática nos últimos anos.

Pensamos que o objetivo foi alcançado, quando ficou evidente que as práticas de ensino do ato de ler e de escrever no âmbito do período da alfabetização são demasiadamente escolarizadas e desconectadas da realidade concreta. Tanto nos materiais utilizados pelas professoras, como na observação das práticas, foi possível diagnosticar que o objeto de ensino é uma língua escrita sem as suas características de enunciados vivos, dialógicos e interativos. Diante disso, as crianças não assumem posição responsiva e, conseqüentemente, não aprendem a linguagem escrita em seus usos sociais.

A forma como a linguagem escrita é trabalhada nas salas de aula, se aproxima ideologicamente do que defendem os propositores do Método Fônico, ao priorizar o ensino dos sons das letras do alfabeto. O ato de leitura, na perspectiva que defendemos neste texto, não foi constatado de forma evidente nas práticas que pudemos analisar, concluímos que isso ocorreu porque as concepções sobre o ato de leitura, assumidas pelos professores, têm como base, principalmente, o que eles encontram na tradição histórica da prática de alfabetização e que são referendadas pelo que está orientado no material didático adotado pela escola.

Na análise e cotejamento dos dados de pesquisa observamos muita semelhança entre as consignas dadas pelas professoras com as dos materiais didáticos. Isso demonstra uma possível falta de autonomia dos professores no planejamento e desenvolvimento de suas práticas didático-pedagógicas. O ensino da leitura e da escrita ocorre como se estivessem todos os alunos em uma mesma hipótese sobre a língua, precisando seguir o mesmo percurso, para que lhes seja, assim, garantida a consciência fonológica, considerada como pré-requisito para a alfabetização.

Concluimos então que, o ensino dos atos de ler e escrever pressupõe compreensão, é constituição e atribuição de sentidos, é diálogo que a aprendizagem da linguagem escrita demanda a consciência gráfica e não a consciência fonológica; que as relações de troca com o outro em situações reais de vida constituem enunciados concretos, dialéticos imersos na dialogia da vida e, esses devem ser o material didático presente nas salas de aula.

Referências

ÁPIS língua portuguesa. **2º ano**: ensino fundamental, anos iniciais. Ana Trinconi; Terezinha Bertin; Vera Marchezi. 3ªed. São Paulo: Ática, 2017.

ARENA, D. B. O ensino da ação de ler e suas contradições. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 237-247, jan./jun. 2010.

_____. Ensino e aprendizagem: perspectivas no campo da alfabetização. In: O uno e o diverso na educação. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BAJARD, E. **Caminhos da escrita**: espaços de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries**. Portal MEC, 1997. *Online*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2020.

_____. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Currículo na alfabetização**: concepções e princípios: ano 1: unidade 1 - Brasília : MEC, SEB, 2012.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. **Alfabetização: método fônico**. (3ª.ed.). São Paulo: Memnon, 2007.

GINZRBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GÓES, M. C. R. **A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural**: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, Abril/00.

HERNANDES, E. D. K; GOMES, A. A.; BURLAMAQUE, V. F. Caminhos na formação leitora: ensino e mediação na constituição do leitor literário. **Revista Educação: UFES**, 2015. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/educacao/article/viewFile/15870/10949>> acesso: 13 jun. 2020.

MORAIS, J. **A arte de ler**. São Paulo: Unesp, 1996.

MORTATTI, M. R. L. Histórias dos métodos de Alfabetização no Brasil. **Portal do MEC** (2006) disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 20 jul. 2020.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.